

“AQUI TEM RACISMO”

**UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DAS
IDENTIDADES DAS CRIANÇAS NEGRAS NA ESCOLA**



Caroline F. Jango

“AQUI TEM RACISMO”
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DAS
IDENTIDADES DAS CRIANÇAS NEGRAS NA ESCOLA

LF

EDITORIAL
2017

Copyright © 2017 Editora Livraria da Física
1ª Edição

Direção editorial

José Roberto Marinho

Projeto gráfico

Fabício Ribeiro

Diagramação e capa

Fabício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jango, Caroline F.

"Aqui tem racismo": um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola /
Caroline F. Jango. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-7861-502-4

1. Discriminação na educação - Brasil 2. Educação de crianças 3. Negros - Educação 4. Preconceitos -
Brasil 5. Racismo - Brasil 6. Relações sociais 7. Representações sociais I. Título.

17-07054

CDD-371.829

Índices para catálogo sistemático:

1. Preconceitos raciais na escola: Educação 371.829
2. Racismo na escola: Educação 371.829

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.
Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br

*A todas as crianças negras, principalmente àquelas que tiveram
coragem de denunciar o preconceito ao qual são submetidas.*



SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO I	
1. A estruturação das relações raciais e as leis antirracistas	15
1.1 <i>O racismo e a Educação</i>	42
CAPÍTULO II	
2. A construção da identidade	63
CAPÍTULO III	
3. A Teoria das Representações Sociais no contexto da temática.....	79
CAPÍTULO IV	
4. Método	93
4.1 <i>Objetivos da pesquisa</i>	96
4.2 <i>O campo e os sujeitos da pesquisa</i>	96
4.3 <i>Os instrumentos da pesquisa</i>	101
4.4 <i>Os procedimentos da pesquisa</i>	107
4.4.1 Acesso ao campo da pesquisa	107
4.4.2 Registro da pesquisa	111
4.4.3 As etapas da entrevista	111
4.4.4 Análise dos dados	116
4.5 <i>Percursos e percalços da pesquisa</i>	118

4.5.1 Dos especialistas da Educação.....	120
4.5.2 Dos professores.....	130
CAPÍTULO V	
5. Análise e discussão dos dados.....	137
6. Considerações finais	289
REFERÊNCIAS	295
ANEXOS	305

PREFÁCIO

Quando iniciei minhas pesquisas sobre racismo, no final dos anos 80, pouco se falava ou escrevia sobre o racismo no Brasil; sobre a criança negra, era constrangedor o silêncio das Ciências Humanas. No entanto, os movimentos negros e alguns poucos estudos registravam a presença do racismo em nossa sociedade – a despeito do discurso da democracia racial – e as situações de discriminação, humilhação e sofrimento a que eram submetidas as crianças negras na escola.

Esse silêncio foi o ponto de partida de meus estudos. Para compreendê-lo, foi preciso transitar pela Antropologia, Sociologia, Economia, História, Psicologia Social, ciências a partir das quais fui tecendo os contornos de nosso racismo – a ideologia da democracia racial, o ideal de branqueamento, a meritocracia. O silêncio não era fruto da ausência do racismo, mas era exatamente o seu contrário – representava a força de um racismo velado, que calava as vozes dos discriminados e também as vozes da ciência.

Trinta anos depois, podemos constatar um expressivo aumento do número de estudos e pesquisas sobre a questão racial nas Ciências Humanas brasileiras. O processo de redemocratização da sociedade brasileira a partir do final da década de 80 certamente permitiu que se começasse a trazer à tona o não dito, o invisibilizado no longo período da ditadura militar (lembramos que, nesse período, o quesito cor/raça sequer era indagado no Censo Demográfico). A atuação do movimentos negros que se reorganizavam e o pioneirismo de pesquisadores comprometidos, como Kabengelê Munanga, Fúlvia Rosemberg, Lélia Gonzales, Carlos Hasenbalg, Nelson do Vale e Silva, João Batista Borges Pereira, Petronilha Gonçalves, Valter

Silvério, entre outros, foram também fundamentais para a conquista, não sem entraves e dificuldades, de espaço nas ciências para a discussão do racismo brasileiro e seus reflexos nas subjetividades, nas instituições, na elaboração de políticas.

Produzimos, ao longo dessas três décadas, expressivo volume de estudos que tratam do racismo em distintas dimensões e espaços da sociedade brasileira, entre eles os espaços educativos. A escola tem sido indagada sobre seu papel na produção e reprodução do racismo – como racismo institucional e como *locus* de relações marcadas pela discriminação e pela violência de motivação racial.

Mas afinal, depois de tanto tempo, ainda é preciso falar de racismo? Já não dissemos tudo? Ainda vivemos imersos em uma cultura racista?

Se olharmos os dados referentes às condições de vida e trabalho do povo negro, veremos que pouco se avançou na direção da democratização de direitos e condições de vida igualitárias para negras e negros, que seguem ocupando as faixas salariais mais baixas da sociedade, que apresentam menos anos de escolaridade em relação aos brancos e continuam sub-representados nos bancos universitários, em especial nas universidades públicas, como evidenciou a dissertação de Tamyris Bonilha (2012), sobre o Não-lugar do negro na educação brasileira.

O mapa da violência no Brasil mostra outros aspectos desse racismo – são os jovens negros as maiores vítimas de homicídio contra a juventude brasileira, e em muitos casos essa violência é praticada pelo aparato policial, que em tese deveria protegê-los. São também as mulheres negras as mais expostas à violência doméstica e outras formas de agressão e abuso.

Estudos sobre relações no trabalho, na escola, na formação profissional, mostram a presença e dinâmica do racismo nas relações

interpessoais e na dimensão institucional. Na escola, o racismo permeia os currículos, os saberes, a história que se conta sobre o Brasil, as práticas e decisões nas situações de conflito.

Estudos sobre identidade negra falam da fragmentação de uma identidade marcada pelo ideal de branqueamento, pela vivência da humilhação social, da invisibilidade e da exclusão.

Essas constatações por si já seriam argumentos suficientes para justificar a apresentação de mais um estudo sobre relações racializadas na escola, já que indicam que ainda estamos longe da superação de nosso racismo – mesmo porque, em uma perspectiva interseccional, nossa sociedade capitalista aprofunda suas desigualdades fundada na relação – classe/raça/gênero, como bem nos ensinou Angela Davis.

Mas há algo ainda mais importante na proposta do trabalho de Caroline Jango. A grande maioria das pesquisas traz a visão do adulto sobre o que acontece na escola. Falam sobre e pela criança. Certamente apontam importantes aspectos da dinâmica escolar, que não podem nem devem ser desconsiderados. Mas representam a voz do adulto.

O estudo que aqui se apresenta traz a voz da criança – a criança negra, historicamente ignorada, negada, silenciada. Não é a escola que fala sobre ela. É a criança negra falando sobre a escola, sobre como se situa nesse espaço e sobre as relações que nela se estabelecem. É a criança quem diz: “aqui tem racismo”. É a voz da dor, a dor de quem desde muito cedo convive com toda sorte de humilhações que o racismo institucional e o racismo como mediador de relações produzem.

Dois elementos importantes merecem atenção neste estudo. Um deles é o método – o modo como a pesquisadora aborda as crianças, utilizando elementos gráficos – figuras, ambientes, e trazendo

uma linguagem que se aproxima do universo infantil. Certamente a riqueza metodológica permitiu uma aproximação necessária com as crianças que, embora não tenham sido diretamente indagadas sobre o racismo, sentiram nesse momento a oportunidade de falar sobre ele.

O outro elemento diz respeito à pesquisadora - uma pesquisadora negra. Não apenas à sua excelência acadêmica que transparece neste trabalho, mas ao fato de, sendo ela também negra, falando com crianças negras, coloca-se como elemento de identificação, como interlocutora que, compartilhando com as crianças alguns lugares de fala, permite que essas expressem mais livremente seus pensamentos e sentimentos.

Esse segundo ponto nos remete a uma necessária constatação: a importância da formação de pesquisadoras/es, intelectuais negras/os, que tragam para o universo acadêmico olhares e saberes historicamente subalternizados e negados. Que saiam do lugar de coadjuvantes e ocupem o primeiro plano de espaços de pesquisa e produção de conhecimentos a respeito da branquitude, do racismo, das nossas discriminações cotidianas. Vozes negras – as vozes que nossa sociedade por séculos ocultou e impediu.

Este livro certamente irá envolver, indignar, fazer sofrer e pensar. É leitura obrigatória para todas e todos os envolvidos com a educação e a escola, e para quem deseja pesquisar relações racializadas. Ter sido parte desse processo de construção, e partilhar do crescimento da Carol como pesquisadora, como educadora, como profissional, tem sido mais que um privilégio, tem sido um processo de aprendizagem.

Ângela Soligo

APRESENTAÇÃO

Concebido a partir de uma pesquisa de mestrado em educação, desenvolvida em 2012 na Universidade Estadual de Campinas, este trabalho objetiva ampliar a discussão do racismo na educação levando em conta o olhar da criança sobre essa construção. Trata-se de um livro que visa aproximar o leitor das representações sociais que a criança negra constrói acerca da escola e de si em função do seu pertencimento racial.

O trabalho pretendeu dar voz às crianças negras para entender como o racismo, ao qual elas são submetidas cotidianamente, afeta a construção da identidade delas e o modo pelo qual a mesma vivência a instituição de ensino que muitas vezes é conivente com as práticas racistas.

O livro é destinado não só aos profissionais da educação que têm o grande dever de construir uma escola sem racismo, mas também aos pais e à comunidade em geral, que ainda não compreendem ou que querem entender melhor como as práticas discriminatórias operam no cotidiano escolar da criança, hierarquizando as relações sociais e afetando duramente a autoimagem da criança negra e não favorecendo um ambiente de valorização das diferenças.

Visando dar maior subsídio à leitura e compreensão da temática, o livro foi organizado com três capítulos introdutórios. O primeiro destaca a estruturação das relações raciais no Brasil com o intuito de expor os mitos e ideais fundantes do preconceito racial brasileiro, ou seja, considerações importantes para entendermos como as relações raciais foram construídas em nosso país e como foram edificadas e perpetuadas as barreiras sociais que ainda atingem os negros brasileiros. Nesse sentido, seguiremos analisando a

construção da legislação nacional no que tange ao negro e à educação para compreendermos a relação entre a cultura de discriminação brasileira e a base legislativa construída no sentido de combater essa cultura. Assim, abordaremos as relações raciais através do tempo a fim de contrastá-las com as leis e com as práticas sociais e pedagógicas para, desse modo, destacar seu distanciamento.

No segundo capítulo, faremos uma discussão acerca da construção da identidade negra, procurando destacar como esse conceito pode nos ajudar a entender a temática racial, ou seja, a centralidade deste para a compreensão da integração do negro na sociedade e da criança negra na escola.

Esta publicação destina, também, um capítulo que versa sobre a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, objetivando apontar as relações possíveis da teoria para compreensão da temática racial. Em seguida, construímos o capítulo metodológico com os passos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, os objetivos que visamos atingir, bem como os percalços da pesquisa de campo.

A análise e discussão dos dados da pesquisa estão concentradas no quinto capítulo do trabalho, no qual serão analisadas e discutidas as cinco etapas da pesquisa.

O capítulo sexto, que encerra o trabalho, configura-se pelas considerações finais, nas quais não visamos apenas concluir a pesquisa, mas incitar o leitor ao questionamento, debate e reflexão sobre esse tema tão negligenciado no espaço escolar. Ademais, objetivamos com as considerações finais fazer alguns encaminhamentos, ou seja, indicar possíveis ações pedagógicas que podem contribuir para a valorização da diversidade étnico-racial na escola, ou seja, para a valorização do segmento negro, no que diz respeito à sua história, estética, cultura, entre outros aspectos.

CAPÍTULO I

A ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS E AS LEIS ANTIRRACISTAS

S abemos que a temática do racismo no Brasil envolve aspectos sociais, históricos, ideológicos e político-legislativos, assim, para que o estudo das relações raciais não se torne superficial devemos resgatar e analisar tais aspectos no sentido de compreender a imbricância destes.

Para desvelar as relações raciais no Brasil, se faz necessário, portanto, compreender a construção dos mitos e ideologias que configuram, em parte, as representações sociais acerca dos negros. Devemos compreender os mecanismos de discriminação racial, aos quais o negro foi submetido desde o período colonial; entender o processo histórico de negação e desvalorização gradual de sua cultura, estética e valores; desvelar os elementos que (de) formaram a identidade do negro; distinguir os aspectos das imagens que foram estruturadas e transmitidas acerca desse sujeito social e identificar os espaços sociais que a ele foram destinados.

Segundo Munanga (1988), sem a escravidão e a colonização dos povos negros da África, a negritude, ou seja, essa realidade abordada pelos estudiosos nem teria nascido. O desprezo e a ignorância acerca do mundo negro fizeram com que o europeu desfigurasse completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais.

Antes mesmo do “descobrimento” do Brasil e do processo de colonização, o homem de origem africana e seus valores foram

sistematicamente associados a qualidades negativas pelo europeu (FERREIRA, 2000).

O africano, desse modo, era considerado um ser sem alma, sem humanidade, mais próximo dos animais, instintivo e sem razão, um ser inferior, cuja escravidão se constituiria em oportunidade de humanização e salvação, através de sua inserção no processo civilizatório "superior" europeu (SILVA, 1997).

Com a missão colonizadora de "tirar o negro da condição de selvagem" os europeus submeteram-no à sua cultura, costumes e religião, ou seja, competia à missão civilizadora do ocidente a responsabilidade de levar o negro africano "ao nível dos outros homens".

Devemos salientar o papel da igreja nesse regime, ou seja, por quem a escravidão foi justificada e respaldada, assim, foi entendida como um ato piedoso. A legitimação desse regime fundava-se, portanto, na junção de interesses religiosos, políticos e comerciais que implicava, também, em interesses morais, econômicos e sociais.

O catolicismo funcionou não apenas como justificação última da escravidão, mas dialeticamente como elemento ideológico de manutenção da escravidão ao nível do próprio escravo. Noutras palavras, a conversão do negro ao cristianismo era determinada pela sua situação de escravo. O escravo não apenas podia ser católico ele tinha que sê-lo (PINSKY, 1982, p. 3).

Como ressalta Munanga (1988), dada a recusa dos negros em se converterem ao cristianismo, a igreja apoia a escravidão argumentando no sentido de que na doutrina cristã o homem não deve temer a escravidão do homem pelo homem, e sim sua submissão às forças do mal. Desse modo a política escravocrata dos europeus dos séculos XVI e XVII estava livre de problemas morais.

Assim, a desvalorização e alienação do negro ocorrem de maneira ampliada, ou seja, tudo aquilo que faz referência a ele, como o continente, os países, as instituições, a cultura, a religião, bem como seu corpo, língua, música, e arte são alvos de degradação e inferiorização, por parte do branco europeu.

A sociedade colonial, temendo a ruptura da ordem e do equilíbrio estabelecidos em seu favor, utiliza-se de mecanismos repressivos diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos raciais e outros estereótipos). Segundo Munanga (1988), os mecanismos repressivos indiretos se afirmaram através de uma produção discursiva, ou seja, um discurso monopolista, da razão, da virtude, da verdade, do ser etc. Desse modo, toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade. Segundo esse autor, portanto, o fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessita de uma explicação científica.

Para a elaboração de explicações científicas acerca do negro houve contribuições advindas de profissionais de diversos campos do saber: historiadores, filósofos, psicólogos, teólogos, escritores, entre outros que se esforçaram a provar a inferioridade da raça negra.

A essa discussão Munanga (1988) acrescenta que mesmo no século XVIII com a criação de uma ciência geral do homem criada pelos pensadores iluministas, a descrição do negro na literatura científica da época constituiu-se de temas-chaves como a sexualidade, nudez, feiura, preguiça e indolência. Ele afirma que numa época em que a ciência se tornava um verdadeiro objeto de culto, a teorização da inferioridade racial ajudou a esconder os objetivos econômicos e imperialistas da empresa colonial.

O racismo científico é claramente uma ideologia na qual está afirmada a superioridade cultural indiscutível da raça branca, já que a civilização está associada aos brancos e a seus atributos físicos, enquanto a barbárie ou a selvageria é associada às outras raças (WIEVIORKA, 2007, p. 24).

O racismo científico foi, de certo modo, institucionalizado com a fundação em Paris, em 1859, da Sociedade de Antropologia. Aspectos físicos passaram a se relacionar aos culturais, ou seja, pescoço, nariz, pernas, dedos e órgãos sexuais do negro foram analisados e considerados provas de sua diminuição intelectual, moral, social, política etc. (MUNANGA, 1988).

Segundo Wieviorka (2007), o apogeu do poderoso movimento das ideias que respaldaram o racismo científico é encontrado no nazismo, uma vez que, esse regime recorre largamente a essas ideias para afirmar a superioridade da raça ariana. No entanto, como bem destaca o autor, o fim da Segunda Guerra Mundial e a tomada de consciência daquilo que foi a barbárie nazista significaram senão o desaparecimento do racismo científico, ao menos a sua deslegitimação.

É no século XIX que o racismo, segundo Da Matta (1987), aparece na sua forma acabada, como uma justificativa "natural" para a supremacia dos povos da Europa Ocidental sobre o resto do mundo. Tal racismo foi assimilado pela elite intelectual brasileira e tornou-se, portanto, doutrina explicativa acabada para a realidade que existia no país.

Além das questões relacionadas à construção e manutenção do racismo científico, outros aspectos mais subjetivos da temática racial devem ser abordados. Com efeito, o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento, enquanto teorias de difusão, manutenção

e perpetuação do preconceito racial, devem ser compreendidas e problematizadas no âmbito acadêmico, social e político.

Segundo Chiavenato (1980), a ideologia do branqueamento, defendida bem antes da Abolição – e que não raras vezes serviu de argumento para o abolicionismo –, deu certo e fortaleceu-se a partir da liberdade dos negros, pois enquanto eram escravos, não precisavam renegar suas origens. Depois da abolição, ser negro causava um sério problema, pois manchava demograficamente a nação.

Os abolicionistas clássicos – Nabuco à frente – acreditavam poder assimilar o negro liberto em um sistema de trabalho livre. Mas estes abolicionistas expressavam os cuidados das classes dominantes em modernizar o capitalismo brasileiro e não os interesses dos escravos em assumir uma posição dentro da nova sociedade (CHIAVENATO, 1980, p.232).

É fato que o abolicionismo preocupou-se em resolver os problemas das classes dominantes: libertar os escravos. No entanto, o que resultasse desta liberdade ficava por conta dos próprios negros que, indefesos e deformados pela opressão escravista, só tinham um destino irremediável: ficar à margem (CHIAVENATO, 1980).

Por meio de uma política nacional de fomento à imigração europeia visava-se a gradual eliminação do negro, a partir da assimilação deste pelos brancos e, também, solucionar o problema do mercado de trabalho livre, uma vez que tal mercado foi rapidamente ocupado por tais imigrantes brancos europeus.

A ideologia do branqueamento parece, a homens como Nabuco, Veríssimo, Romero, Olivera, Viana e outros, um mal menor: “menor” porque vai “limpar” o brasileiro do excessivo sangue negro, e “mal” porque nos cruzamento necessários

ainda vai gotejar "sangue negro" na parte sã do Brasil: os brancos (CHIAVENATO, 1980, p. 175).

O ideal de branqueamento é incorporado pela população e se apresenta através de uma desvalorização generalizada da população negra. Além disso, esse ideal objetiva incentivar os casamentos mistos a fim de "melhorar" a raça. Tal absorção gradativa dos negros ocorria com os que se mostrassem mais identificados com a sociedade branca "dominante" da época, ou seja, que demonstrassem lealdade aos seus interesses e valores sociais e econômicos.

Na sua totalidade, a elite negra alimentava um sonho: assemelhar-se tanto quanto possível ao branco, para, na sequência, reclamar dele o reconhecimento de fato e de direito. [...] O embranquecimento do negro realizar-se-á principalmente pela assimilação dos valores culturais do branco (MUNANGA, 1988, p. 27).

Para Chiavenato (1980), o negro vendo-se livre e marginalizado, aceitou a ilusão de que solucionava o seu problema com o embranquecimento, gerando filhos mulatos que poderiam ter netos ou bisnetos brancos, ou seja, senhores.

A partir do esforço para eliminar as diferenças culturais estruturantes do sujeito negro, reafirmaram-se preconceitos e estereótipos no sentido de inferiorizar os aspectos estéticos, morais, culturais, bem como todas as manifestações religiosas que tinham origem africana.

O negro é estereotipado como feio, mau, sem regras, instintivo e sem moral. Isso ocorre através dos aparelhos de reprodução ideológica e instituições oficiais de forma abrangente e violenta (SILVA, 1997). "De acordo com a ideologia do branqueamento, desde que